

De crise em crise, um país à deriva

Marco Aurélio Nogueira

Professor Titular de Teoria Política e Coordenador Científico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais-NEAI da Universidade Estadual Paulista-UNESP.



Quando, no início de 2017, as nuvens pareciam se dissipar e o governo Temer ensaiava algumas comemorações, não foram poucos os que previram que a crise política e econômica que devastava o País estava prestes a terminar. Não havia, então, como levar na devida conta o efeito bombástico das delações da JBS que, divulgadas na metade do mês de maio, jogaram praticamente toda a classe política na fogueira e comprometeram seriamente o presidente Michel Temer.

A aparente estabilidade soçobrou na turbulência e aquilo que dava sustentação a Temer se desfez. Passou-se a ter desentendimento onde se imaginava haver somente concordância e ação combinada. Perderam-se focos e alvos tidos como fundamentais, e as próprias reformas – menina dos olhos da articulação que se seguiu ao *impeachment* de Dilma – entraram em compasso de espera.

Abriu-se assim uma segunda fase da crise política, que deixou de ter data para terminar e se revestiu de um componente adicional de imprevisibilidade.

Em meados de junho, quando este texto é escrito, não há como saber em que condições a sociedade, o sistema político e o governo Temer chegarão ao final do mês. Há um atrito explosivo entre política, sociedade e economia, derivado da dinâmica dos tempos atuais e devidamente turbinado pelo que se passa no país.

Temer atravessou o mês de maio agarrado ao cargo. Teve poucas coisas a seu favor. A delação de Joesley Batista atingiu o presidente e alguns de seus colaboradores. Ao se agarrar com obstinação ao cargo, Temer repetiu Dilma Rousseff. Em uma nova volta do parafuso, retornou-se um ano no tempo, durante o qual o presidente, quase sem perceber, esmerou-se em dilapidar o pouco crédito de que dispunha.

A base parlamentar do governo estremeceu, passando a se aproveitar da fraqueza governamental para postular benefícios de tipo clientelista. A própria ideia de que, mais do que Temer, estaria em jogo a sorte de um governo de transição não foi mantida no primeiro plano.

Levado às cordas, o presidente balançou e perdeu mais popularidade. O tempo para viabilizar a agenda de reformas tornou-se ainda mais difícil de ser manejado, já que o governo passou a se consumir na recomposição de sua base parlamentar, aprofundando relações com o que costuma ser chamado de “baixo clero” do Congresso (PMDB, PP, PR, PTB, PRB, Solidariedade).

Por sua vez, diante da turbulência, as expectativas dos agentes econômicos refluíram. As vozes econômicas dominantes, porém, se dividiram, com alas de maior e de menor contestação da figura presidencial, o que transferiu ainda mais tensão e confusão ao quadro político. A manutenção da taxa de 14 milhões de desempregados só ajudou a fazer com que as nuvens ficassem mais carregadas.

Para complicar, o impasse aumentou dada a falta de nomes de consenso seja para uma eventual substituição de Temer, seja para disputa das eleições de 2018.

Resiliência e desarticulação

O sistema resiste, e Temer tem força nele. A sociedade e a opinião pública não aparecem no radar da Presidência, que, no início, investiu para compor maioria e aprovar as reformas e, a partir das delações da JBS, passou a jogar as fichas na blindagem de Temer. É uma manobra de alto custo, na medida em que aliados e apoiadores precisam ser contemplados com mimos, concessões e favores

para se manterem fiéis e unidos, o que desorganiza os planos governamentais e mina sua credibilidade.

Não há no país articulação política que promova a convergência entre as forças de centro-esquerda, aí incluídos liberais democráticos, socialistas liberais, social-democratas, reformistas e esquerda democrática. Sem isso, o sistema se repõe, ainda que com formas aparentemente novas.

O governo Temer talvez seja, como falam seus defensores, aquilo que dá para se ter no difícil momento por que passa o país. Pode estar havendo mesmo uma “retomada da confiança na economia”, coisa que, no entanto, somente pode ser sentida pelos operadores do mercado. A agenda de reformas é indispensável, ainda que impopular. Os governantes que vierem depois de 2018 serão beneficiados pelos êxitos que eventualmente forem obtidos. Mas o teor das reformas precisaria ser mais bem discutido, ponderado, explicado. Não o sendo, poderão até ser aprovadas, mas a população continuará com a boca amarga e sem estar convencida de que seria pior sem elas.

Existem riscos evidentes no trajeto que Temer escolheu seguir, derivados da Lava Jato, das manobras da PGR, das delações da JBS, da prisão de Rocha Loures, das manifestações de Eduardo Cunha, de futuras delações e do que mais exista nos arsenais do Polícia Federal. Mas o país não está morto, nem foi desativado pela crise política. A economia esboça reação, a inflação está sob controle, os juros poderão continuar em queda, há espaços reais para que o governo se legitime pela dinâmica econômica. O problema é que lhe falta credibilidade política. Mas esse é um problema comum a todo o sistema político, o que retira dos políticos a possibilidade de reivindicar qualquer superioridade (ética, política, moral) para postular a substituição do presidente.

Nessa medida, os dados do jogo trabalham em favor da continuidade de Temer. Se ela se fixar, será uma continuidade em parte negociada, em parte imposta pela realidade política do país e em parte pelo próprio cronograma eleitoral. Afinal, 2018 está logo ali e é mais razoável que não se queimem todos os cartuchos agora. O custo de uma remoção presidencial seria desproporcional às vantagens da conclusão do mandato. Muito mais fácil é conseguir

um acordo que jogue areia no motor da Lava Jato e “limpe o terreno” para que cada pedaço do sistema se entregue à disputa eleitoral que se aproxima.

Temer poderá chegar a 2018 em nome da tese de que é a melhor opção para que as reformas sejam aprovadas e a governabilidade se mantenha. Se, porém, levar-se na devida conta que as reformas pretendidas passam por negociações complexas e sofisticadas, tanto no Congresso quanto no âmbito social, é de se duvidar que o presidente seja o articulador de que o país necessita.

O fato é que quanto mais o presidente se dedica a tentar limpar sua imagem e fugir das operações anticorrupção, mais longe vai ficando da governabilidade, do ajuste fiscal e das reformas. E mais vai se enfraquecendo.

O oxigênio de que se vale deriva tão somente da desarticulação do centro democrático, fato que é um dos vetores principais da conjuntura.

A crise se reproduz, cada dia com sua agonia. Ora a intensidade aumenta, ora há um refluxo que cria a sensação de que está a despontar um novo

equilíbrio. A impressão é que, a partir de Brasília, um tufão revira as entranhas da sociedade.

Precisamente por isso, chama a atenção que as forças democráticas e de centro-esquerda não se preocupem em criar uma correlação política favorável a elas e à democracia, dedicando-se tão somente a preservar seus dedos e anéis.

De um lado, PMDB e PSDB insistem na governabilidade a qualquer custo e no valor em si das reformas. Vacilam e ficam à espera de uma brecha para que possam defender seus interesses particulares. Seu programa é mínimo: chegar inteiros a 2018, sem os constrangimentos da Lava Jato.

Do outro lado, PT e satélites falam em eleições diretas como se se tratasse do pote de ouro no fim do arco-íris. Vislumbram na agitação a chance de manter visível uma bandeira que se encontra hoje sem brilho próprio, ofuscada pela história recente de corrupção e venalidade. No entanto, falam somente para si próprios, para a militância de esquerda, sem dialogar com a população e com os que pensam de outro modo ou seguem outras bandeiras, ou mesmo nenhuma. Seu programa também é mínimo: frear as reformas, acumular gordura e viabilizar a candidatura de Lula.

Impasses e desfechos

Crises não são fenômenos que se estendam indefinidamente, sem mudar de ritmo e sem sofrer alterações. Aceitar isso seria admitir a completa morte dos atores ou o “fim da história”.

Pode-se encontrar, porém, situações em que um quadro de crise se confunde com a estrutura da vida, seja assumindo a forma de um “caos estabilizado” (Beck), seja como parte de um processo de “revolução passiva” (Gramsci): as coisas mudam, mas tem-se a impressão de que são as mesmas, até porque a correlação de forças não se altera. Mudanças moleculares, que aos poucos reconfiguram as estruturas. É como dizer que uma estrutura se alimenta de suas próprias contradições e turbulências para alcançar equilíbrio, que por isso mesmo se torna um equilíbrio permanentemente precário. Revoluções sem revolução.



O cenário das sociedades contemporâneas se aproxima bastante disso. Nele, a vida está em permanente xeque-mate e a mudança contínua, intensa, ininterrupta, se faz sem direção política. As sociedades são “forçadas” a mudar e, nessa medida, são sacudidas por transformações que não conseguem ser controladas e provocam terremotos sucessivos na dimensão existencial, ideológica, cultural e institucional. Tais terremotos abalam os equilíbrios políticos e desmontam os arranjos associativos com que se fazia política, como é o caso dos partidos políticos. Estes passam, então, a perder capacidade de orientar o processo político, fazendo com o que a crise se prolongue e não consiga ser adequadamente “administrada”.

As forças econômicas dominantes e as correntes políticas mais bem organizadas controlam a situação, mas não inteiramente. Abrem-se espaços para *outsiders* e “radicais fundamentalistas”, que tendem a se fortalecer. O sistema, porém, se mantém.

A França atual, com a vitória de Macron, o crescimento da direita nacionalista de Le Pen e da esquerda radical de Mélenchon, a derrocada do Partido Socialista e dos Republicanos, oferece um bom exemplo disso, mas não é o único. O Brasil entra em lugar de destaque nessa configuração, com um acento negativo adicional.

Quando as forças que estão envolvidas em uma crise se articulam, podemos ter três desfechos típicos. Um **desfecho virtuoso** significaria a fixação de um entendimento comum sobre o *day after*, com o devido cálculo de ganhos e perdas de longo prazo. Ela depende de uma reposição do pacto político, devidamente requalificado e aberto para a sociedade. Um **desfecho funcional**, por sua vez, aconteceria quando o “acerto” entre as forças se faz de forma superficial, sem projeto, com o único propósito de manter a governabilidade do sistema e o equilíbrio de forças tal como está. Seria um desfecho conservador, paralisante, sem avanço nenhum. Por fim, um **desfecho deletério** traria consigo algum tipo de retrocesso, que no limite poderia significar a suspensão da democracia e das liberdades.

Na atual situação brasileira, a probabilidade maior não é um desfecho regressista, que faça o

carro da História dar marcha a ré. O Brasil deseja seguir em frente, precisa fazer isso, não há forças que consigam quebrar esta imposição da realidade ou levar o país para o lado das trevas. Também não há forças para um desfecho virtuoso, progressista, ao menos no curto e médio prazo. O mais provável é que se tenha um desfecho funcional: os nichos de poder político articulam-se com os setores econômicos dominantes e com o corporativismo associativo para manter o sistema de pé, valendo-se para tanto da “suspensão” da conflitualidade mais intensa em favor de uma “paz” na qual todos ganhem alguma coisa.

O eixo do acordo é facilmente delineável: flexibilização das reformas e arrefecimento (não a desmontagem) da Operação Lava Jato. Neste caso, a cabeça de Temer passaria a ter outro valor relativo, tornando-se até certo ponto indiferente.

Enquanto as cozinhas do Congresso e do Palácio funcionam a todo vapor para preparar tal solução, as forças democráticas ficam à margem, sem incidência e, pior, sem capacidade de disputar o centro do palco.

Crises entrecruzadas

A crise que afetou o governo Temer não é um fato isolado, animado exclusivamente por fatores internos. Ela existe como coisa em si, mas suas raízes são profundas, grudam em terrenos escorregadios e de difícil acesso.

Grosso modo, entrelaçam-se nela três outras crises mais amplas e determinantes.

Uma é a crise estrutural da modernidade capitalista, que tem revirado as sociedades do nosso tempo, alterando sua estratificação, os relacionamentos entre grupos, classes e pessoas, o modo de produção e o trabalho. A experiência associativa dos humanos do século XXI se alterou drasticamente. Mudou a estrutura das sociedades, assim como suas superestruturas políticas e jurídicas. As distintas “famílias” políticas e ideológicas perderam força e identidade e passaram a incidir com menos potência sobre a organização das decisões. As correntes de esquerda sofrem de maneira particular os efeitos desse processo, como se pode ver em diversos países.

Tal desestruturação, por si só, faz com que os pactos não consigam ser repostos, aumentando a exasperação, o desentendimento, os conflitos, as polarizações.

A segunda crise decorre do desarranjo e das contradições da economia internacional, com as respectivas assimilações nacionais. No Brasil, ela tem se traduzido basicamente como recessão e desorganização das finanças públicas, em parte, também, por conta das políticas seguidas durante os governos PT/PMDB, a partir de 2010. Os efeitos deste desajuste recessivo e da deterioração da economia não se manifestam somente no plano do emprego ou da atividade produtiva, mas penetram nas diferentes frestas do Estado e da sociedade, causando incerteza e insatisfação.

A terceira crise tem a ver com a democracia representativa e suas dificuldades de realização. É um problema comum a diferentes países, também aqui com as devidas peculiaridades. No caso brasileiro, articula-se com o esgotamento da redemocratização, que, vitoriosa a partir do final dos anos 1980, não conseguiu se completar, por falta, sobretudo, de operadores capacitados para conectar Estado e sociedade de forma virtuosa e dar melhor qualidade à política democrática.

Como variante dessa terceira crise, os desdobramentos do *impeachment* de Dilma Rousseff ocupam lugar de destaque, especialmente porque o governo de transição não conseguiu reordenar o sistema político nem promoveu qualquer tipo de arejamento institucional ou de renovação dos quadros dirigentes. Em decorrência, está tendo de sobreviver com base em um apoio parlamentar mantido a muito custo, o que o levou ficar de costas para a sociedade.

Tal combinação de crises criou, ao longo do tempo, o cenário perfeito para que políticos e empresários passassem a agir com avidez e sem escrúpulos para conquistar poder e dinheiro. Partidos, rotinas e procedimentos parlamentares foram convertidos em trampolins, deixaram de ser fortalecidos e dotados de personalidade própria. Empresas foram usadas para estabelecer relações obscenas com entes públicos, depauperando-os e deles se beneficiando.

Neste cenário, a competição política regrediu. Tanto em eleições quanto nos embates congressuais, o que se passou a ter foram arranca-rabos de botequim. Debates de qualidade desapareceram. E a população, convertida em espectadora atônita, foi reduzida à condição de vaca de presépio de demagogos treinados na arte do ilusionismo. Sem receber qualquer tratamento cívico ou educativo, tornou-se indiferente e perdeu a confiança nos políticos.

Sugado, aprisionado e invadido por essa teia de políticos, empresários e corporações – a verdadeira classe dominante –, o Estado administrativo perdeu capacidade de executar boas políticas públicas, garantir direitos e coordenar o desenvolvimento. Passou a fazer isso por espasmos, às cegas, sem plano, ao sabor de ideias que se esfrelam no curto prazo. Governos começaram a governar cada vez menos, atentos, sobretudo, aos sinais do “mercado” que, por sua vez, aumentou sua influência nas agendas governamentais.

Partiu-se então, já no segundo governo Dilma, para uma busca desesperada por reformas, vistas como “salvadoras”. Estas, porém, dadas sua complexidade, sua impopularidade e a pressa com que foram propostas, contribuíram para agitar ainda mais as águas turvas.

Na confusão provocada pelo cruzamento das crises, outros dois vetores se afirmaram.

O primeiro deles é o combate à corrupção. Liderado pelo Ministério Público, pela Polícia Federal e pela Operação Lava Jato, em pouco tempo mostrou vigor, angariou apoios decisivos na opinião pública e encurralou os agentes econômicos, políticos e administrativos que participavam da coleta, da distribuição e do usufruto das “propinas”. A classe política se sentiu ameaçada e passou a tentar conter o processo, o que transferiu não poucas tensões para o sistema político.

Os efeitos principais da luta contra a corrupção não são “moralizadores”. A operação não existe para “limpar” a política ou “salvar” o país, por mais que alguns possam pensar assim. Ela se justifica, por um lado, porque ajuda a fortalecer a democracia e a fazer valer o império da lei, estabelecendo um critério de maior igualdade na competição política

e no conflito de interesses; por outro lado, porque contribui para questionar o modelo de negócios público/privado que tem vigorado no Brasil e a partir do qual não se superaram as distorções do crescimento nem se otimizaram os investimentos realizados. É no mínimo por isso que precisa seguir em frente.

O segundo é que, na esteira do que tem sido chamado de “judicialização da política”, avançou o conflito entre os Poderes do Estado. Executivo, Legislativo e Judiciário não só começaram a falar línguas diferentes, como passaram a expor abertamente suas desavenças. O controle recíproco entre eles se converteu em guerra e disputa por protagonismo. Ao mesmo tempo, desfez-se a imagem de Tribunais Superiores pairando acima da luta política imediata, com o STF, o TSE, o TCU assumindo cada vez mais o papel de poderes políticos, com direito a exibições performáticas e divisões explícitas entre seus integrantes.

A República passou assim a não dispor de mecanismos moderadores efetivos, fato que amplifica a crise e agrava a lacuna criada pelo desaparecimento de lideranças qualificadas para dar um rumo ao país.

Como então, neste cenário, ter paz política, “normalidade” ou governos estáveis? Como não ter crise e, ao mesmo, como qualificar uma “crise” que não acaba nunca de acabar?

Falta um pacto político ao País, algo com que se possa elaborar um projeto de sociedade compartilhado, a partir do qual se apresentem aos cidadãos ideias novas, distantes do malabarismo marqueteiro, da demagogia populista e do radicalismo estéril.

Hoje, também se decide o destino da democratização e, por extensão, do progresso econômico e social, do sistema político e da política que se deseja, da sociedade em que queremos viver, do tipo de Estado adequado para o país, com uma estrutura administrativa coerente e uma responsabilidade fiscal claramente estabelecida. O centro democrático, os democratas e as esquerdas não podem continuar de costas para essa agenda, que em boa medida é a agenda da justiça e da igualdade social.

Bolhas, espumas e poeiras

A atual cena política brasileira assemelha-se a um jogo de cartas marcadas, de correlação de forças congelada, de vazios petrificados.

Tudo indica que Temer terminará seu mandato graças à combinação de alguns motivos.

Primeiro, presidentes já não fazem mais a diferença, não são tão relevantes. Temer, em particular, não melhorará sua sorte se for absolvido. Não governará melhor se permanecer no cargo até o final. Não ganhará credibilidade e apoio popular. O país não ingressará em um estágio superior de existência. Suspeita-se que isso não acontecerá nem mesmo depois que elegermos o próximo presidente em 2018.

Temer, porém, detém o controle do Congresso Nacional, seja por meio da articulação do “baixo clero”, seja pela união dos que querem escapar da Lava Jato, vindos da direita e da esquerda.

Não há nomes consensuais para substituir Temer, problema que impacta tanto o processo imediato, de curto prazo, quanto o processo eleitoral de 2018.





A agenda de reformas está escrita nas estrelas, será aprovada cedo ou tarde. E interessa a todos os partidos e a todos os políticos, questionamentos retóricos à parte.

Não há oposição com envergadura e inteligência tática para depor Temer ou forçá-lo à renúncia, nem para mobilizar a sociedade para o que quer que seja.

Um presidente fragilizado, desmoralizado, sem crédito na praça e sem um programa ousado de governo pode sobreviver, fazendo de conta que governa, deixando as tarefas importantes para seus assessores e se dedicando às miudezas da pequena política.

É triste e preocupante. Mas não é o fim do mundo.

A autonomia relativa das esferas da política, do social e da economia expandiu-se. O econômico não sofre tanto quanto se imagina a interferência do político, e o social segue sua dinâmica sem ser por demais influenciado pelo que se passa no mundo da economia e da política.

A economia tem relevância estratégica e poder concentrado de pressão. Mas não “manda” na política, nem detém nas mãos (nas mãos de seus agentes principais, os grandes conglomerados) todas as chaves e cartas do jogo. Pensar assim seria uma visão que aceita passivamente a derrota e não reconhece nem a autonomia nem a força constituinte da política. O poder é muito mais complexo e complicado do que isso.

O mercado – a economia – sempre luta para capturar o Estado e obter seus favores. Coopta

pedaços do sistema político e se faz ativo nele. Cabe à política impedir que tal plano se consuma, erguendo trincheiras que permitam a entrada em cena de outros atores e interesses.

Um jogo de cartas marcadas não recomenda que os jogadores percam o foco e façam cálculos errados. Eles devem continuar no jogo para não perder demais e não serem dele desalojados: sabem que não podem vencer, mas precisam saber fazer com que as cartas os beneficiem, rodada a rodada.

É neste momento que ganham importância as virtudes da resiliência, da frieza, da paciência, da tenacidade, da serenidade.

A possibilidade de que as forças democráticas incidam no processo político em curso é baixa no curto prazo, mas alta no longo prazo. O jogo seguirá sendo jogado, mas nem sempre as cartas estarão marcadas e nem sempre os mais fortes estarão atentos, concentrados.

O momento atual é ruim para os democratas, mas não os convida à inação. Eles devem aproveitá-lo para preparar o dia de amanhã, adquirir maior clareza estratégica, formar quadros e novas lideranças, dialogar de modo proativo com a opinião pública e trabalhar para que se alcance uma nova ideia de país, um projeto bem concatenado que indique o que queremos ser, que metas devemos privilegiar e o que podemos fazer para alcançá-las.

Não deveríamos ficar sonhando com uma estabilidade política que, no curto prazo (digamos, até 2018) é impossível e, no longo prazo, depende de variáveis que ainda não amadureceram.

Assim é a época em que vivemos. Precisamos nos acostumar a viver na turbulência e na incerteza, buscando não perder o que já conquistamos, não edificar castelos nas nuvens, não cogitar de ataques a Palácios, não desperdiçar energias.

Conjunturas existem e podem formar dinâmicas estruturais extensas. Mas elas tendem a exacerbar os espíritos e a fazer com que a Razão se atenha ao que é menos relevante. O decisivo é não cair em tentação, achar que as árvores dizem mais que a floresta e os fatos cotidianos contêm em si toda a verdade. Olhar para os fatores macro, para o longo prazo, é decisivo para que não nos deixemos seduzir por bolhas, poeira e espumas.